



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO  
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA  
06 DE FEVEREIRO DE 2018

N.º 03/2018

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.  
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



## SUMÁRIO

<b>I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA</b>	<b>Pág.</b>
1 – Constituição de Empresa Local – Águas do Interior – Norte, EM, S.A.....	4
2 – Declaração e Requerimentos Apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD – Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles.....	4
 <b>II – ORDEM DO DIA</b>	
<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>	
1 – Atribuição de Bolsas de Estudo aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Santa Marta de Penaguião – Ano Letivo 2017/2018.....	7
 <b>DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS</b>	
2 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal .....	8
3 – Passagem dos Percursos Compressport UTM.....	8
4 – Restituição de Valores – Requerente: Adriano Fonseca Silva.....	9
 <b>Serviços de Tesouraria</b>	
5 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 12 de janeiro a 01 de fevereiro de 2018.....	10
 <b>DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA</b>	
6 – Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes .....	11
7 – Legalização de Conjunto Edificado – Requerente: António Serafim Marques da Silva – Cumieira.....	12
8 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Amílcar José de Sousa – União das freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane .....	17
9 – Certidão de Compropriedade – Requerente: Rodrigo Maria de Azevedo Soares Cordeiro da Silva - Mata da Pisca – Cumieira.....	19



- 10 – Candidatura “Instalação de Sistemas de Resíduos Sólidos Urbanos Subterrâneos no Concelho de Santa Marta de Penaguião” - Aviso - POSEUR-11-2017-22 – Aprovação dos Termos de Referência da Operação – Ratificação de Despacho ..... 21
- 11 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência ..... 22

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO  
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

**Serviço da Educação**

- 12 – Bolsas de Estudo – Ano Letivo 2017/2018..... 23

**Serviço do Desporto**

- 13 – Associação de Caça e Pesca de Penaguião – Repovoamento dos Rios Corgo e Aguilhão – Pedido de Subsídio..... 24

**APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO**

- 14 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião ..... 25



## **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **Constituição de Empresa Local – Águas do Interior – Norte, EM, S.A**

----- 1 – Relativamente à Constituição de Empresa Local – Águas do Interior – Norte, EM, S.A, o Senhor Presidente da Câmara, informou que na sequência da reunião realizada em janeiro, do corrente ano, na EMAR – Águas e Resíduos de Vila Real, a constituição formal da empresa está prevista para o primeiro semestre de 2018 e que a primeira faturação, se prevê, que seja emitida a partir de janeiro de 2019. -----

----- Informou ainda, que foi solicitado a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, o apoio para a constituição da referida empresa. -----

----- Mais Informou, que o Município de Alijó decidiu não aderir. -----

### **Declaração e Requerimentos Apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles**

----- 2 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou os seguintes documentos: -----

----- 1 – “DECLARAÇÃO. -----

----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, declarar o seguinte: -----

----- Conforme tem acontecido nos últimos anos, foram publicados a nível nacional, os resultados dos exames nacionais, e um ranking que procura ordenar as Escolas Públicas e Privadas, em função essencialmente desses resultados, e que na nossa opinião apenas servem para termos uma ideia do desempenho da Escola ao longo dos anos. -----

----- Atentos aos resultados, que continuam a ficar muito aquém das expectativas, compete ao poder político Nacional, mas também ao Poder Local, fazer uma reflexão e procurar novas formas de abordagem de um conjunto de problemas que persistem, prejudicando o aproveitamento escolar dos alunos, condicionando muitas vezes o seu futuro, cerceando sonhos e objetivos na persecução de um percurso académico. -----





----- Como é do conhecimento de todos, e tendo sido uma bandeira da candidatura do PPD/PSD, nas últimas eleições autárquicas, a educação deve ser uma prioridade, devemos tudo fazer para melhorar as condições do ensino aos jovens do nosso concelho. Por exemplo, poderíamos repensar o horário da escola e os circuitos da rede de transportes escolares. A Escola poderia rever a sua organização interna, promovendo mais eficazmente a coordenação das matérias pedagógicas, envolvendo os professores e psicólogos, na elaboração de projetos educativos voltados para um mundo cada vez mais globalizado, valorizando o processo educativo e pedagógico, e para que os jovens percebam que vale a pena trabalhar e valorizar o conhecimento.

----- Compete ao Poder Político promover e desencadear esta reflexão e discussão, junto da comunidade escolar e associações de pais, no que me diz respeito, apresentarei durante as próximas reuniões da Câmara Municipal, propostas dirigidas à valorização do ensino e do conhecimento. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 06 de fevereiro de 2018. -----

----- O Vereador, Daniel Teles -----

----- Ass: Daniel Teles.” -----

----- 2 – “REQUERIMENTOS: -----

----- 2.1 “Assunto: Limpeza das faixas de proteção do domínio público” -----

----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, e em conformidade com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, requer a V.ª Ex.ª, por escrito e no prazo máximo de 10 dias, os seguintes esclarecimentos, que são do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Considerando o n.º 1 do artigo 153º da Lei do Orçamento do Estado para 2018, e ainda o disposto na Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, relativamente às medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios; -----

----- Considerando as catástrofes, por incêndios, ocorridas no último ano de 2017, bem como a evidência das alterações climáticas a que Portugal em geral, e o nosso concelho em particular têm sentido nos últimos anos. -----

----- Considerando que o Plano Operacional Municipal deverá conter medidas bem mais eficazes para a prevenção e combate a incêndios. -----



----- Considerando ainda, que o Município de Santa Marta de Penaguião, não possui um Plano Municipal de Emergência aprovado, conforme está patente no sítio eletrónico do Município. -----

----- Vimos em prol da segurança de pessoas e bens, mas também para o esclarecimento público, solicitar a V.ª Ex.ª que nos sejam dados esclarecimento sobre que ações concretas foram tomadas junto das populações; que ações concretas foram assumidas pelo Município no que diz respeito às faixas de proteção do domínio público; quando se fará a discussão pública do Plano Operacional Municipal de Combate a Incêndios, ou pelo menos que este plano se tornará público. Finalmente, quando será definitivamente aprovado e aplicado o Plano Municipal de Emergência. -

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 06 de fevereiro de 2018. -----

----- O Vereador, Daniel Teles -----

----- Ass: Daniel Teles." -----

----- 2.2 – Assunto: Controlo da qualidade da água da rede pública" -----

----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, e em conformidade com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, requer a V.ª Ex.ª, por escrito e no prazo máximo de 10 dias, os documentos abaixo indicados, que são do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Considerando que nos últimos meses, temos verificado nas torneiras de nossa casa que a água apresenta frequentemente sabor, odor e por vezes cor, que são características que no nosso entendimento, não correspondem às da água potável, levando muitos munícipes a questionar a monitorização do controlo de qualidade da água, que consome, fornecida pelo Município. -----

----- Por estes fatos, e em prol da saúde pública e do esclarecimento público, vimos solicitar a V.ª Ex.ª que nos sejam remetidas as últimas 5 medições de controlo de qualidade da água que abastece o nosso concelho, bem como o certificado de qualidade que lhe deverá estar associado. Na informação deverá ainda fazer corresponder as respetivas freguesias abastecidas com as medições realizadas e a apresentar. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 06 de fevereiro de 2018. -----

----- O Vereador, Daniel Teles -----

----- Ass: Daniel Teles." -----

----- 2.3 – “Assunto: Relatório do estado de conservação e manutenção de sistemas de equipamentos públicos” -----





----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, e em conformidade com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, requer a V.ª Ex.ª, por escrito e no prazo máximo de 10 dias, os documentos abaixo indicados, que são do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Considerando que o Município possui um conjunto de equipamentos, que é disponibilizado à população, torna-se necessário, atendendo aos riscos de saúde que podem advir, muitas vezes por falta de manutenção dos sistemas de produção de água aquecida, e ainda dos sistemas de ventilação mecânica forçada. -----

----- Em prol da saúde pública e do esclarecimento público, vimos solicitar a V.ª Ex.ª que nos sejam remetidos os últimos dois relatórios de inspeção dos sistemas anteriormente referidos, com certificado de qualidade, nomeadamente das Piscinas Municipais, dos balneários do Ginásio da Escola Básica e do Estádio Municipal, bem como do Auditório Municipal e do Fórum de Atividades.

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 06 de fevereiro de 2018. -----

----- O Vereador, Daniel Teles -----

----- Ass: Daniel Teles.” -----

## **II – ORDEM DO DIA**

### **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

#### **Atribuição de Bolsas de Estudo aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Santa Marta de Penaguião – Ano Letivo de 2017/2018**

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Com base no Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Santa Marta de Penaguião, no que se refere à atribuição de bolsas de estudo aos Bombeiros que frequentam o ensino superior, publicado em 9 de março de 2016, foi aprovado em reunião de câmara do dia 24 de Outubro de 2017 a atribuição de 10 bolsas de estudo aos bombeiros voluntários no valor de 500€ cada. -----



----- De acordo com a análise efetuada, verificou-se que das 8 candidaturas apresentadas 7 reúnem os requisitos previstos em regulamento, de acordo com a lista em anexo. -----

----- Assim, submete-se à consideração do executivo municipal a lista final dos candidatos para homologação e consequente atribuição das referidas bolsas de estudo aos bombeiros voluntários.”

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, homologar a lista final dos candidatos às Bolsas de Estudo aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Santa Marta de Penaguião, para o ano letivo 2017/2018, bem como proceder ao pagamento das referidas bolsas.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,  
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do Presidente da  
Câmara Municipal**

----- 2 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, no mês de janeiro.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 05 a 22 de janeiro de 2018. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Passagem dos Percursos Compressport UTM**

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----





----- **“A Associação Desportiva Marão Trail** – Associação sem fins lucrativos, com sede na União de Freguesias de Amarante, Concelho de Amarante, pretende realizar o Compressport UTM, evento desportivo de trail running em estado genuíno, que se realiza nos dias **23, 24 e 25 de Março de 2018**, com partida e chegada em Amarante. -----

----- De acordo com no artigo 7º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de Março, o pedido de autorização para a realização desta prova é apresentado na Câmara Municipal do Concelho onde a atividade se realiza ou tem o seu termo, no caso de abranger mais de um Concelho, ou seja, no caso em apreço na Câmara Municipal de Amarante. -----

----- Uma vez que, este Município tem jurisdição nas vias onde se realiza esta prova, compete à Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea e) no nº 2 do artigo 7º do Decreto-Regulamentar referido, emitir parecer quanto à utilização da via pública, o qual, conforme os nºs 3 e 4 do artigo 8º, deve ter em conta: -----

----- 1 – O interesse da atividade em causa relativamente ao interesse de garantir a liberdade de circulação e normalidade do trânsito; -----

----- 2 – O número de participantes (o número máximo de participantes é de 250); -----

----- 3 – A importância das vias envolvidas no que respeita à capacidade de escoamento de tráfego; e -----

----- 4 – A segurança e a fluidez da circulação. -----

----- Assim nos termos do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005 de 24 de Março, deve o pedido ser presente à reunião do Executivo Municipal com vista a tomar deliberação quanto ao parecer a que se refere a alínea e) do nº 2 do artigo 7º do mesmo diploma, quanto à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização da prova desportiva referida.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, dar parecer favorável à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização do Compressport UTM, evento desportivo de trail running, nos termos da informação dos serviços.** -----

#### **Restituição de Valores**

**– Requerente: Adriano Fonseca Silva**

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----



----- “Em relação ao pedido, anexo, formulado pelo Senhor Adriano Fonseca Silva, onde solicita a restituição da importância de 5,41€, referente ao pagamento de fornecimento de fotocópias cumpre-me informar o seguinte: -----

----- Considerando que, o requerente solicitou, através do requerimento número 2856 datado de 15 de Dezembro de 2017, *“se digne informar em que situação se encontra o processo de obras com o nº 177/84”*; -----

----- Considerando que, em resposta ao referido pedido foi-lhe fornecido fotocópia da informação técnica, anexa ao respetivo processo, mediante a devida autorização, e ter sido cobrada a taxa no valor de 5,41€; -----

----- Considerando que, de acordo com o nº 5 do artigo 13º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Santa Marta de Penaguião *“Quando por erro imputável aos serviços tenha sido liquidada quantia superior à devida e não tenha decorrido o prazo previsto na lei geral tributária sobre o pagamento, deverão os serviços, independentemente de reclamação ou impugnação do interessado, promover de imediato a sua restituição”* -----

----- Considerando que, de acordo com os nºs 1 e 2 do artigo 78º da Lei Geral Tributária, ainda não decorreu o prazo de quatro anos após a liquidação da referida quantia; -----

----- Assim, uma vez que houve lapso dos serviços, na liquidação da referida importância, e tendo em conta os pressupostos anteriormente enunciados, deverá o requerente ser ressarcido da importância de **5,41€**, que foi cobrada indevidamente, pelo que se propõe que o assunto seja presente à reunião do Executivo Municipal a fim de deliberar autorizar a referida restituição.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o pagamento da indemnização no valor de 5,41€ (cinco euros e quarenta e um cêntimos), nos termos da informação dos serviços.** -----

**A Senhora Vice-Presidente, Dr.ª Silvia Fonseca Silva, ausentou-se aquando da discussão e votação deste ponto.** -----

#### **Serviços Tesouraria**

#### **Resumo dos Fluxos de Caixa de 12 de janeiro a 01 fevereiro de 2018**

----- 5 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 12 de janeiro a 01 de fevereiro de 2018, o qual apresenta os seguintes valores: -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 03 de 06 de fevereiro de 2018**



RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	01/02/2018
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		193 827,95	Despesas Orçamentais		548 080,90
Execução orçamental	92 951,81		Correntes	468 687,11	
Operações de tesouraria	100 876,14		Capital	79 393,79	
Receitas Orçamentais		509 005,20	Operações de tesouraria		30 136,04
Correntes	463 457,10		Saldo para o dia seguinte:		153 816,40
Capital	45 548,10		Execução orçamental	53 876,11	
Operações de tesouraria		29 200,19	Operações de tesouraria	99 940,29	
Total		732 033,34	Total		732 033,34

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA**

**Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador  
em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes**

----- 6 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de janeiro de 2018 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----





### **Legalização de Conjunto Edificado**

– **Requerente: António Serafim Marques da Silva**

– **Cumieira**

----- 7 – Presente à reunião informação Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

#### ----- 1 – INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento n.º 752/17, referente ao processo n.º 13/17, o Sr. António Serafim Marques da Silva, solicita pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de “Alteração e Ampliação de conjunto edificado”, destinado a habitação e anexos, sito na Quinta da Pousada, Pousada da Cumieira, Freguesia da Cumieira no concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- A Operação Urbanística é ilegal por falta de emissão do Alvará conforme previsto no n.º 1 do artigo 74º do RJUE. -----

----- De acordo com a Certidão Permanente agora apresentada, o prédio Misto tem a área total de 2.771,00 m2, área coberta de 125,00m2, está inscrito na matriz com os n.ºs 836 Urbana e 306ª Rústica, sob o n.º 2787/20140925 da freguesia da Cumieira. -----

----- O local é abrangido pela Zona Especial de Protecção ao Alto Douro Vinhateiro, classificada como Património da Humanidade, estabelecida pelo Aviso n.º 15170/2010, DR 2.ª Série, N.º 147, de 30 de Julho. -----

#### ----- 2 – ANTECEDENTES/TRAMITAÇÃO -----

----- 04/04/2017 – Informação técnica n.º 163/2017, nos termos da qual foi solicitado parecer global à CCDRN, cujas entidades a consultar foram a DRCN e IP, SA no âmbito da EN2. Nesta informação foi proposta uma Vistoria aos imóveis. -----

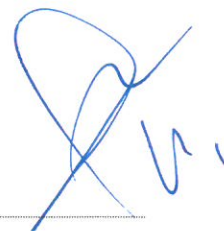
----- 12/04/2017 – Realização de Vistoria n.º 17/17, da qual resultou o parecer de não haver necessidade de se realizarem obras de correcção e/ou adaptação dos edifícios. -----

----- 27/04/2017 - Entrada de requerimento n.º 942, fazendo a entrega de peças desenhadas com o existente, corrigindo as peças iniciais. -----

----- 22/05/2017 – Recepção por parte da CCDRN de decisão desfavorável à pretensão. -----



**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 03 de 06 de fevereiro de 2018**



----- 07/06/2017 – Entrada de requerimento n.º 1284, por decisão e iniciativa da requerente, solicitando a apreciação do processo no âmbito do Artigo 102º-A do RJUE. -----

----- 27/09/2017 – Entrada de requerimento n.º 2217/17 fazendo entrega adicional de elementos, nomeadamente: -----

----- Declaração da Junta de Freguesia da Cumieira, atestando que a construção da habitação e anexos em causa, são anteriores a 1951. -----

----- Cópia do Parecer das IP,SA notificando o requerente da intenção de deferimento do pedido.

----- 15/11/2017 – Informação técnica n.º 439/17, nos termos da qual foi concedido ao requerente o prazo de 40 dias úteis para complementar o pedido com os documentos em falta (sublinhado no ponto 5.3 da informação), a correcção da Certidão de Teor (sublinhado no ponto 3 da informação) e os projectos referidos no número 3 do Artigo 102.º - A do RJUE conjugado com os N.ºs 1,2 e 3 do Artigo 23º do RMUE, ou a sua dispensa. -----

----- 03/01/2018 – Entrada de requerimento n.º 17/18 fazendo entrega dos documentos solicitados na informação técnica n.º 439/17. -----

----- 3 – SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR -----

----- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente: -----

----- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido; -----

----- Termos de responsabilidade, subscritos pelo autor do projecto de arquitectura e coordenador do projecto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

----- Comprovativo de inscrição do técnico em associação pública de carácter profissional; -----

----- Seguro de responsabilidade civil do técnico; -----

----- Memória descritiva e justificativa; -----

----- Fotografias; -----

----- Planta localização com a indicação precisa do local onde se situa o edifício; -----

----- Extractos das plantas de ordenamento e condicionantes do plano Director Municipal, com a indicação precisa do local onde se situa o edifício; -----

----- Planta de implantação à escala de 1:200; -----



- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões, áreas e usos de todos os compartimentos;
- Alçados à escala de 1:100; -----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projecto; -----
- Termo de responsabilidade relativo à estabilidade, segurança, solidez e salubridade; -----
- Termo de responsabilidade relativo ao autor do projecto da rede predial de drenagem de águas residuais; -----
- Projecto de rede de drenagem de águas residuais; -----
- Termo de responsabilidade e Ficha de segurança contra incêndio; -----
- Declaração em como na zona não existe distribuição de gás natural canalizado; -----
- Comprovativo do abastecimento de energia eléctrica e telefones; -----
- Certificado energético; -----
- Intenção de deferimento por parte das Infraestruturas de Portugal (paginas 71 a 73 do processo). -----
- 4 – ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----
- 4.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação -----
- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.-Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec. Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se tratar da legalização das obras de construção de um conjunto edificado. -----
- 4.2 Nos instrumentos de Gestão Territorial -----
- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal (revisão publicada através de Aviso n.º 779/2011 de 7 de Janeiro), o prédio urbano está inserido em “Espaços Predominantemente Habitacionais de Nível III”. O local é abrangido pela Zona Especial de Protecção ao Alto Douro Vinhateiro, classificada como Património da Humanidade estabelecida pelo Aviso N.º 15170/2010, DR 2ª Série, N.º 147 de 30 de Julho e ainda, no âmbito da EN2, em zona *non aedificandi*, enquadrando-se numa autorização. -----
- 4.3 Nos Regulamentos Municipais -----
- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 21.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----
- 5 – CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO -----
- 5.1 Verificação de Parâmetros Urbanísticos -----



Município de Santa Marta de Penaguião  
Câmara Municipal  
Ata n.º 03 de 06 de fevereiro de 2018



Área do Total do Terreno (m2)	Edifícios	Área de Implantação (m2)	Área Bruta de Construção (m2)	Uso
2.771m2	Ed. 1	224,50	390,20	Habitação (Ed. Constante da C. Teor)
	Ed. 2	44,70	65,30	Garagem e arrumos
	Ed. 3	46,40	46,40	Habitação
	Ed. 4	68,80	68,80	Arrumo agrícola

Edifícios	N.º de Pisos	
	Abaixo Cota Soleira	Acima Cota Soleira
Ed. 1	0	2
Ed. 2	1	1
Ed. 3	0	1
Ed. 4	0	1

- 5.2 Conformidade com os Instrumentos de Gestão Territorial -----
- Disposições Comuns: -----
- A. Relativas à Edificabilidade: -----
- Art.º 14 “Condições de edificabilidade” -----
- Alínea a) do ponto 1: N.º de pisos 2 - Cumpre; -----
- Alínea b) do ponto 1: Dimensão da profundidade do lote > 20m – Cumpre; -----
- Alínea c) do ponto 1: Afastamentos > 3m – Não se aplica; -----
- Alínea d) do n.º 1: Largura mínima da via pública > 4m – Cumpre; -----
- Alínea e) do n.º 1: O local é servido por infra-estruturas – Sim. É apresentado projecto autónomo de rede predial de drenagem de águas residuais; -----
- Artigo 15º “Forma do lote”: nada a opor; -----
- Artigo 16º “Condicionamentos estéticos ou ambientais”: nada a opor; -----
- B. Qualificação do solo urbano – Espaços Predominantemente Habitacionais de Nível III- (Artigo 51º) -----
- Alínea a) do n.º 2: Alinhamentos dominantes – nada a opor; -----
- Alínea b) do n.º 2: Altura máxima da fachada 6,20m < 6,5m – cumpre; -----
- Alínea c) do n.º 2: Cumpre; -----
- Alínea e) do n.º 2: índice de utilização 0,20 < 0,8 – Cumpre; Área de impermeabilização < 70% - cumpre. -----
- Alínea f) do n.º 2: Profundidade dos edifícios para habitação e serviços 12m < 16m – verifica. -----
- 5.3 Análise do Pedido à luz do artigo 26º do RMUE em vigor: -----



----- Foi cumprido o disposto no N.ºs 1 e 3 do artigo supra referenciado. -----

----- 5.4 Análise do Pedido à luz do artigo 102-A do Decreto-lei 555/99 de 16 de Dezembro, com redacção conferida pelo Decreto-lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE) -----

----- Operação Urbanística Ilegal: Falta de emissão do Alvará conforme previsto no n.º 1 do artigo 74º do RJUE. -----

----- Dispensa de cumprimento de normas técnicas relativas à construção. -----

----- 6 – RESPONSABILIDADE -----

----- 6.1 Projecto de arquitectura: No termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projecto de arquitectura, é declarado que foram cumpridas as normas legais e regulamentos aplicáveis, nomeadamente o Plano Director Municipal Santa Marta de Penaguião. -----

----- 6.2 Projecto de Estabilidade: É declarado que a estabilidade, segurança, solidez e salubridade do imóvel, observa as normas legais e regulamentares aplicáveis. -----

----- 7 – VISTORIA (ao abrigo do n.º 2 do Artigo 24º do RMUE) -----

----- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correcção e/ou adaptação dos edifícios, objecto de pedido de legalização das obras. Os edifícios encontram-se em bom estado de conservação, não necessitando de obras de conservação interiores ou exteriores. -----

----- 8 – PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º-A do RJUE e Secção I do RMUE), propõe-se adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

----- a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; ---

----- b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projecto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel; -----

----- c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização do imóvel, o interessado deverá, nos termos do preceituado na alínea b) do n.º 2, do artigo 25º, do Regulamento





Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 3 meses, a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Amílcar José de Sousa – União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane**

----- 8 – Presente à reunião requerimento do Senhor Amílcar José de Sousa, na qualidade de possuidor, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação do prédio. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

----- “1 – INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Amílcar José de Sousa, na qualidade de possuidor, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação do prédio que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, sito no lugar de Tumbios ou Inferno, com a área de 1624,00 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 601-1D, da União das freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião. -----

----- 2. PARECER -----

----- 2.1 - Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----



----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- 2.2 Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
601-1D	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços Agrícolas</i>

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa ampliação de compartes no prédio rústico supra na proporção de 2/5 indiviso a favor de Amílcar José de Sousa. -----

----- 3.PROPOSTA DE DECISÃO -----


----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de justificação, visando a ampliação de compartes no artigo 601-1D, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à ampliação de compartes requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----





**Certidão de Compropriedade – Requerente: Rodrigo Maria de  
Azevedo Soares Cordeiro da Silva – Mata da Pisca – Cumieira**

----- 9 – Presente à reunião requerimento do Senhor Rodrigo Maria de Azevedo Soares Cordeiro da Silva, na qualidade de procurador de, Hipólito António Ponce de Leão Bettencourt e Antónia Maria Ponce de Leão Bettencourt Mesquita de Araújo, a solicitar parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de compra e venda de um prédio. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

----- 1 – INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Rodrigo Maria de Azevedo Soares Cordeiro da Silva, na qualidade de procurador de, Hipólito António Ponce de Leão Bettencourt e Antónia Maria Ponce de Leão Bettencourt Mesquita de Araújo, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de compra e venda do prédio que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, denominado de Mata da Pisca, com a área de 1249,00 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 375-C, da freguesia da Cumieira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 889. -----

----- 2. PARECER -----

----- 2.1 - Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----



----- 2.2 Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
375-C	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços Agrícolas</i>

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade no prédio rústico supra na proporção de 1/2 indiviso a favor de cada um dos seguintes: Hipólito António Ponce de Leão Bettencourt e Antónia Maria Ponce de Leão Bettencourt Mesquita de Araújo. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de compra e venda, visando a constituição de compropriedade no artigo 601-1D, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição de compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----





**Candidatura “Instalação de Sistemas de Resíduos Sólidos Urbanos Subterrâneos no Concelho de Santa Marta de Penaguião” - Aviso - POSEUR-11-2017-22 – Aprovação dos Termos de Referência da Operação – Ratificação de Despacho**

----- 10 – Presente à reunião, para ratificação, despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 29 de janeiro do corrente ano, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, sobre o seguinte assunto: -----

----- “I - Enquadramento: -----

----- A candidatura denominada “Instalação de Sistemas de Resíduos Sólidos Urbanos Subterrâneos no Concelho de Santa Marta de Penaguião”, ao Aviso POSEUR 11-2017-22 “Promoção de Sistemas Inovadores, que se destinam a aumentar a recolha seletiva de resíduos urbanos valorizáveis”, eixo prioritário 3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos, objetivo temático 6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética, prioridade de investimento (pi) 6.i – investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da união em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos estados-membros, surge como o substrato financeiro para a execução deste projeto primordial para o Município na área dos Sistema de Resíduos. -----

----- Impõe, o ponto 6 sob a epígrafe “Grau de maturidade mínimo exigido às operações” do aviso supra que, aquando da submissão da candidatura, os termos de referência que identifique as ações a realizar e fundamente os custos e os objetivos/resultados a atingir com a operação, se encontrem aprovados, pela entidade beneficiária. -----

----- II - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Face ao exposto, e por razões de celeridade e urgência na submissão da candidatura “Instalação de Sistemas de Resíduos Sólidos Urbanos Subterrâneos no Concelho de Santa Marta de Penaguião” ao Aviso POSEUR 11-2017-22, cujo, término é no dia 29/1/2018 às 18 horas, e dado que não é possível reunir a Câmara Municipal, em tempo útil, proponho que o Exmo. Sr. Presidente aprove, de acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, os termos de referência da operação “in casu”. O documento deve ser sujeito a ratificação na próxima reunião da Câmara Municipal.” -----



----- Despacho do Senhor Presidente da Câmara: *"Aprovar nos termos propostos."* -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 29 de janeiro de 2018, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.** -----

**Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas  
de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência**

----- 11 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- I - ENQUADRAMENTO NA LEI -----

----- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 Novembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de Dezembro a Direcção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras

----- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 11 disponível no site da Direcção Geral de Finanças referente ao mês de Novembro. -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 55º do supracitado Código, sob a epígrafe "**Direito de preferência de organismos públicos**", pode ler-se "se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas colectivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu". -----

----- II - ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT -----

----- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos. -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----





----- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõem de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes Serviços Técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexas." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO  
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

**Serviço da Educação**

**Bolsas de Estudo – Ano Letivo de 2017/2018**

----- 12 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “No dia 24 de outubro de 2017 em reunião de câmara foi aprovada a atribuição de 60 bolsas de estudo ao ensino superior no valor de 500€ cada. -----

----- Num universo de 76 requerentes à mesma, 58 estão em condições de receber a referida bolsa, 17 não reúnem os requisitos previstos no respetivo regulamento, de acordo com a análise efetuada pela respetiva comissão de análise, conforme relatórios em anexo. -----

----- Terminado que foi o período de audiência prévia, e não tendo dado entrada qualquer reclamação, submete-se à consideração do executivo municipal a lista de ordenação final dos candidatos para homologação e consequente atribuição de 58 bolsas de estudo, ficando pendente a deliberação sobre uma bolsa de estudo, cujo candidato só no mês de Março terá condições para se aferir acerca do seu aproveitamento escolar.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, homologar a lista de ordenação final dos candidatos às Bolsas de Estudo a atribuir aos alunos do ensino superior, no ano letivo 2017/2018, bem como proceder ao pagamento das referidas bolsas, de acordo com a proposta.** -----





**Serviço do Desporto**

**Associação de Caça e Pesca de Penaguião**

**– Repovoamento dos Rios Corgo e Aguilhão**

**– Pedido de Subsídio**

----- 13 – Presente à reunião ofício da Associação de Caça e Pesca de Penaguião, registado sob o n.º 170 de 22 de janeiro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “De conformidade, com o plano de atividades para o ano de 2018, a Associação de Caça e Pesca de Penaguião, vai levar a efeito o repovoamento dos rios Corgo e Aguilhão nas zonas concessionadas, as quais se localizam no concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- A Associação tem uma estimativa de despesa de 1.750,00€, a longo do ano, para o repovoamento, limpeza e abertura de acessos, dos referidos rios. -----

----- Face aos poucos recursos financeiros com que se encontra o clube, o mesmo vem por este meio solicitar ao município de Penaguião, a atribuição de um subsídio para fazer frente às despesas imediatas que vamos ter na aquisição de trutas.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, atribuir uma participação financeira no valor de 1.750,00€ (mil setecentos e cinquenta euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis.** -----

**O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou a seguinte declaração de voto:** -----

----- “**DECLARAÇÃO DE VOTO.** -----

----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, apresentar declaração de voto, relativamente à atribuição de subsídio a uma Associação do concelho. -----

U.

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 03 de 06 de fevereiro de 2018**

---

----- No início deste mandato disse “que para a atribuição de subsídios a Associações, com reconhecida atividade, independentemente do valor a atribuir, deverá constar na ata, para justificar esse subsídio, o plano de atividades e as contas legalmente aprovadas”. -----

----- Na ata n.º 26, de 5 de dezembro de 2017, o Senhor Presidente afirmou que as Associações apresentam anualmente os referidos documentos. -----

----- Por este motivo questiono, porque razão o plano de Atividades e as Contas aprovadas, segundo os respetivos estatutos, não se encontram apenas a esta minuta? -----

----- Por este motivo voto contra qualquer subsídio que não esteja devidamente fundamentado e justificado. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 06 de fevereiro de 2018.

----- O Vereador, Daniel Teles -----

----- Ass: Daniel Teles.” -----

### APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

#### Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

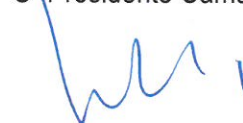
----- 14 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)